

Sair da crise sem mudar de regime

Por Luís Melo

Publicado em Janeiro 2011 no Notícias de Santo Tirso

Nos dias que correm, e perante a crise económica, financeira, social e cultural em que vivemos, todos parecemos dominar tudo o que é ciência. Principalmente no que concerne a política, essa ciência do (des)governo das nações. Gastamos muito do nosso latim a criticar os governantes e a oposição, a dizer ao vizinho do lado o que faríamos, caso os destinos do país, da região ou da cidade estivessem nas nossas mãos.

Santo Tirso não é excepção. O concelho atravessa uma crise sem precedentes, muito mais grave que a do próprio país, consequência dos problemas estruturais que tem no seu tecido empresarial, e da falta de visão dos seus governantes pós-25 Abril. Os Tirsenses também não fogem à regra. Queixam-se muito (e com razão) da falta de emprego, de serviços e de condições de vida, mas no fim de contas nada fazem pela mudança.

Chegados a este ponto temos um problema grande para resolver. E não, o problema não é o da aprovação ou execução de um qualquer orçamento. Não é o da nomeação de um outro executivo. Não é o de distribuição de mais um subsídio. O problema é, isso sim, saber se há alguém – íntegro, capaz, competente, honesto, sério, com visão e capacidade de liderança – que nos possa tirar desta situação.

Em eleições Autárquicas (por oposição às Legislativas) é possível haver candidatos independentes, mas sabemos como é difícil (senão impossível) serem eleitos. Por esse país fora, os candidatos deste tipo que conhecemos, e lograram vencer, são provenientes dos partidos políticos (e deles trazem o background) donde saíram por razões frequentemente relacionadas com incompatibilidades com a direcção nacional.

Sabemos por isso em adiantado, que as pessoas que nos podem tirar desta situação têm de sair de um partido político. São estas as condicionantes da democracia. E é precisamente este o maior problema do país. As cúpulas dos partidos – aquelas que se instalam em Lisboa e, estando ou não o seu partido no poder, conseguem sempre ir comer à “gamela” que contém os dinheiros do Estado – estão pejudadas de gente que não interessa.

As estruturas nacionais dos partidos, donde saem os governantes (ou as escolhas para governantes) são compostas na sua maioria por pessoas que não têm sentido de missão, de serviço ou de

responsabilidade. Pessoas que não têm mérito, competência, prestígio ou credibilidade. É gente sem estatura intelectual, sem escrúpulos, sem vergonha. Gente arrogante, egoísta e sobranceira.

Se recuássemos 30 anos, esta gente jamais teria enveredado pela vida política. E quando digo isto, nem sequer me estou a referir às qualidades e defeitos que assinalei acima. Estou simplesmente a referir-me ao facto de, há 30 anos atrás, as remunerações dos cargos políticos não serem suficientes sequer para viver na capital. E nós sabemos como esta gente de hoje gosta da luxúria e do enriquecimento relâmpago.

Mas voltemos aos partidos, até porque a qualidade dos políticos de hoje está intimamente ligada a eles. Tal como diz o ditado: “é de pequenino que se torce o pepino“, e é nas estruturas locais dos partidos – ao nível das freguesias, dos concelhos e das regiões – que começa a destruição da classe política portuguesa.

É a este nível (nas chamadas “bases”) que desde logo encontramos graves atropelos à democracia. Em eleições, que se dizem livres e democráticas, é gritante a falta de regras transparentes. As quotas pagas em massa a mando dos candidatos, os famosos autocarros de votos ou os cadernos eleitorais feitos à medida, são coisas já corriqueiras.

Depois disso, vem a total desorganização da estrutura (entre direcção, eleitos e militantes), e também a completa ausência de projectos estratégicos, rumos definidos, actividades planeadas ou a simples defesa de valores, princípios, ideais e convicções. O que importa mesmo são as lutas internas, as tricas políticas, a execução de tarefas menores. Tudo isto contribui para a degradação da política, e para o afastamento entre população e partidos.

Há muito boa gente, com capacidades pessoais, profissionais e políticas (imbuída das mais nobres intenções) que poderia ingressar nos partidos e participar, mas que não o fazem – em alguns casos chegaram mesmo a fazê-lo e depois afastaram-se – porque não têm estômago ou tempo a perder com este tipo de vida partidária menor.

Já a outro nível, é repugnante a ligação dos grandes interesses aos partidos. Aqueles interesses – cujos lucros (por vezes obscenos) dependem dos negócios com o Estado – que gostam de ter “agentes” seus em lugares destacados nas direcções dos partidos. Como consequência disto temos a directa influência em decisões políticas, cujo pressuposto deveria ser o interesse colectivo, mas acaba sempre por ser o seu contrário.

Tudo isto se passa em Portugal, e novamente Santo Tirso não quebra a regra. Sendo assim, o que se impõe neste momento é saber como poderemos limpar os partidos políticos para encontrar soluções. A meu ver, a solução deverá passar pela revolução ao nível das bases. É o caminho mais difícil? Sim é, mas tal como dizia Nicolau Maquiavel: “Onde há uma vontade forte, as grandes dificuldades não subsistem”.

Está na hora de passar das palavras às acções, e a tão propalada sociedade civil deve participar efectivamente na democracia. Há em Santo Tirso, muita gente de reconhecidas capacidades, com valores e princípios. Essas pessoas devem agora, ultrapassar os limites do seu trabalho, da sua casa, do café, do clube ou da associação, e ingressar na estrutura local do partido de que é simpatizante. Devem oferecer-se para contribuir.

E devem fazê-lo com vontade, determinação e sentido de missão. Não podem ceder ao primeiro, nem ao segundo, nem ao terceiro obstáculo. Porque, é certo, vão colocar-se muitos à frente. Mas não podem deixar que o ditado: “se não consegues vencê-los, junta-te a eles” se cumpra. Foi isso que nos levou a este estado de coisas.

Só assim se poderá proceder à regeneração dos partidos políticos. E esta regeneração nas bases dos partidos irá também despoletar a renovação nos quadros médios e nas tais cúpulas de onde saem a maioria dos homens e mulheres que preenchem a administração regional e central, e o Governo. Se queremos ultrapassar esta crise sem termos de mudar de regime, esta é a única solução.

Doutra forma, e tal como outros (mais conhecedores de história e sociologia do que eu) já vaticinaram, iremos caminhar para a queda do regime democrático que conhecemos. Nessa altura quem sabe para onde iremos caminhar? As opções são poucas e assustadoras. Uma ditadura de esquerda? Uma ditadura de direita?